

Operação Compliance Zero

Quadra paga hoje R\$ 1 bilhão ao BRB

Valor é a primeira parcela de um total de R\$ 4 bilhões, referentes à venda de ativos da carteira Master. Recursos devem ser usados para dar liquidez imediata ao banco regional e recuperar a capacidade de conceder empréstimos, por exemplo

» ADRIANA BERNARDES
» MILA FERREIRA
» ROSANA HESSEL
» MARIA EDUARDA LAVOCAT

O Banco de Brasília (BRB) dá, hoje, um passo decisivo para sua reestruturação financeira, com o recebimento de R\$ 1 bilhão. O montante é a primeira parcela de um total de R\$ 4 bilhões — fruto de uma negociação de ativos do Master com a gestora Quadra Capital — e marca o início de um plano concreto para converter ativos parados em liquidez imediata e recuperar a capacidade de conceder empréstimos. A informação foi repassada ao **Correio** por uma fonte do alto escalão do banco.

A operação com a Quadra é crucial para que o BRB recupere sua musculatura, mas o desenho financeiro é complexo: o saldo de R\$ 21,9 bilhões da carteira Master foi negociado com um deságio de R\$ 5 bilhões, fechando em R\$ 15 bilhões (R\$ 1,9 bilhão já haviam sido negociados antecipadamente com bancos privados). Além do aporte de R\$ 4 bilhões à vista (com a primeira parcela liquidada hoje), os R\$ 11 bilhões restantes serão quitados ao longo do contrato.

O objetivo final é injetar um total de R\$ 6,6 bilhões para que a instituição se reenquadre nos índices regulatórios e neutralize riscos patrimoniais definitivos. Atualmente, o balanço do BRB trabalha com uma provisão de R\$ 8,8 bilhões para créditos de liquidação duvidosa. Embora a cúpula do banco acredite que o prejuízo real será inferior a esse teto, a estratégia de provisionar o valor máximo visa garantir estabilidade total perante o mercado.

O Governo do Distrito Federal (GDF), na condição de acionista controlador, lidera esse processo de capitalização utilizando sete imóveis de alto valor como principal garantia. Contudo, o sucesso da operação ainda depende de um passo fundamental: o aval do Tesouro Nacional.

Essa chance é vista como o selo de credibilidade necessário perante o Banco Central e o Fundo Garantidor de Créditos (FGC), permitindo que o BRB saia da posição defensiva para retomar o protagonismo no crédito nacional.

A governadora do Distrito Federal, Celina Leão, afirmou que esse aporte inicial deve se concretizar em breve, embora tenha dito não saber a data exata. “Confirmo que vai receber, só não sei a data”, declarou.

Ed Alves/CB/D.A Press



BRB avalia que entrada de recursos deve reforçar a liquidez da instituição e fortalecer sua estrutura de capital

Destinação efetiva

O economista, professor da Universidade de Brasília (UnB) e especialista em mercado financeiro César Bergo pondera, no entanto, que é preciso compreender de que forma esses recursos entrarão no BRB e qual será sua destinação efetiva. “É necessário verificar se esse dinheiro realmente reforçará o caixa do banco e como será contabilizado. Em um primeiro momento, ele pode melhorar a liquidez da instituição, mas isso não significa, necessariamente, resolver a questão patrimonial”, afirma.

Bergo destaca que existe uma diferença importante entre problemas de liquidez e problemas patrimoniais. Segundo ele, o BRB enfrenta, atualmente, uma questão estrutural ligada ao patrimônio da instituição depois do rombo provocado pelas negociações de compra do Master. “A operação ajuda, mas não elimina o problema estrutural”, resume.

Ele lembra que, recentemente, foi aprovado em assembleia um aporte de capital de R\$ 8,8 bilhões. Isso significa que os acionistas precisarão mobilizar recursos para participar dessa capitalização. Como o Governo do Distrito Federal (GDF) é o acionista controlador do BRB, cabe-

rá a ele aportar uma parcela significativa desse valor. Caso não disponha dos recursos necessários, poderá abrir espaço para a participação de outros investidores.

“A principal dúvida, portanto, permanece: de onde virão os recursos para que o GDF faça sua parte no aporte de capital? Até o momento, essa resposta ainda não está clara” declara Bergo.

Para o professor de economia do Ibmec Brasília Renan Silva, o anúncio do pagamento à vista de R\$ 4 bilhões representa um fôlego financeiro importante para a instituição. Segundo ele, a medida injeta liquidez de forma rápida e ajuda a reduzir a desconfiança gerada pelas transações envolvendo o Banco Master. No entanto, o especialista ressalta que o mercado financeiro avalia com cautela o montante global de R\$ 15 bilhões negociado na operação.

Sob a ótica operacional, os R\$ 11 bilhões restantes serão integralizados por meio de cotas subordinadas, mecanismo cujo retorno depende diretamente da recuperação futura desses ativos. Por isso, analistas econômicos avaliam que a transação funciona mais como um suporte emergencial do que como uma solução definitiva, exigindo da nova governança medidas de contenção

de gastos e a constituição de uma reserva robusta para contingências.

Corrida contra o tempo

O BRB enfrenta uma corrida contra o tempo para concluir o processo de capitalização, apresentar o balanço financeiro consolidado de 2025 e reorganizar sua estrutura patrimonial. O prazo mais sensível termina em 29 de maio, data-limite para a apresentação do balanço consolidado da instituição, documento considerado essencial para o mercado financeiro, órgãos reguladores e investidores.

Renan Silva explica que o prazo, que se encerra em 14 dias, impõe forte pressão sobre a readequação das contas do banco. Segundo o professor, uma nova postergação por parte das autoridades regulatórias é juridicamente possível, embora politicamente improvável diante do desgaste provocado na imagem da instituição.

Na prática, o avanço do plano depende da rápida validação de etapas normativas complexas. Do ponto de vista do acionista controlador, a assembleia-geral já aprovou a ampliação do capital social em até R\$ 8,8 bilhões. Entretanto, para realizar o aporte e manter o

controle acionário, o GDF precisará de autorização legislativa para obter financiamentos, além de enfrentar condicionantes rigorosas impostas por órgãos federais.

Em relação ao Distrito Federal, Renan Silva alerta que os desdobramentos da crise têm potencial para desestabilizar as finanças locais no médio prazo. “Entendo que, mesmo com a garantia de que o problema não afetará o sistema bancário do país, a saúde fiscal do ente federativo corre sérios riscos”, ressalta.

Para o especialista, a administração pública vem adotando alternativas fiscais complexas para enfrentar a defasagem patrimonial identificada. No campo das receitas, ele destaca que o Judiciário autorizou a antecipação de recursos por meio da venda de recebíveis vinculados a tributos urbanos e veiculares, direcionando esses valores diretamente ao caixa do BRB.

Por outro lado, o risco considerado mais sensível envolve uma eventual vinculação do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF). Segundo Renan, caso as metas de recuperação não sejam alcançadas, recursos destinados ao custeio de serviços essenciais em Brasília poderão ser comprometidos para a quitação de obrigações financeiras.

Em paralelo às mobilizações para salvar o banco, a governadora enviou, ontem, à Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), um projeto de lei revogando a Lei nº 7.739/2025, sancionada em agosto do ano passado, que autorizava a aquisição pelo BRB de 49% das ações ordinárias e de 100% das ações preferenciais de capital social do Banco Master.

Governo federal irredutível

Na avaliação de uma fonte do mercado financeiro ouvida pelo **Correio**, o consenso entre especialistas é de que uma eventual liquidação do BRB não representa risco sistêmico no mercado.

Em recente entrevista no programa *Roda Viva*, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, foi taxativo ao afirmar que o governo federal não tem interesse em socorrer a instituição, uma vez que não há risco sistêmico.

Fontes próximas ao governo contam que não há interesse do Executivo em colocar recursos da União para cobrir o rombo deixado pelas operações fraudulentas do Banco Master, cujo o tamanho ainda nem foi revelado no balanço de 2025.

Além disso, a nota do Distrito Federal na classificação do Capag — ferramenta do Tesouro Nacional que indica a capacidade de pagamento dos entes federativos — é C. A União só pode dar garantias para empréstimos junto a órgãos financiadores quando as notas dos entes federativos são B ou A. De acordo com fontes da Esplanada, o pedido feito pela governadora ao Executivo para tentar mudar essa regra foi considerado fraco.

Sistema financeiro preservado

Os dados do BRB encaminhados para o Banco Central até o terceiro trimestre de 2025 indicam que o banco distrital tinha uma pequena fatia do total de ativos do Sistema Financeiro Nacional (SFN), calculado, atualmente, em R\$ 18,3 trilhões — volume maior do que o Produto Interno Bruto (PIB) do país que, em 2025, somou R\$ 12,7 bilhões.

“O BRB não publicou o balanço de 2025, mas os últimos dados disponíveis indicam que o banco tinha 0,45% dos ativos do STF, 0,73% do crédito das captações e 0,27% do patrimônio. Isso não representa risco sistêmico”, afirma o economista e consultor Roberto Luis Troster, ex-economista-chefe da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Alexandre Boiczar / Banco Central



Presidente do BC deve prestar novas informações ao Senado

Senadora se reúne com Galípulo

A senadora Leila Barros (PDT-DF) se reuniu com o presidente do Banco Central do Brasil, Gabriel Galípulo, para discutir a situação do BRB, na tarde de quarta-feira. Após o encontro, a parlamentar afirmou ter levado ao dirigente as preocupações manifestadas por servidores, funcionários terceirizados e famílias que dependem direta ou indiretamente da estabilidade da instituição financeira.

Segundo Leila, o tema tem

gerado apreensão crescente no Distrito Federal diante da importância estratégica do banco para a economia local. “O BRB é o nosso Banco Regional de Brasília, uma instituição fundamental para a nossa cidade. Levei a preocupação que a gente tem recebido praticamente todos os dias”, declarou.

A senadora ressaltou que as decisões que deverão ser tomadas nos próximos dias terão um impacto direto na economia do DF. Ela destacou, ainda, que o BRB exerce

papel central no pagamento dos servidores públicos, na concessão de crédito imobiliário, no apoio a pequenos negócios, em programas sociais e no desenvolvimento econômico e social da capital do país.

Leila disse que, durante a reunião, pediu ao presidente do BC que qualquer solução adotada para o banco considere, como prioridade, a proteção dos trabalhadores, a continuidade das operações e a segurança institucional da empresa. “O BRB não é apenas

um banco. Ele tem um papel central no desenvolvimento da nossa cidade”, destacou.

De acordo com a parlamentar, Gabriel Galípulo reconheceu a relevância institucional do BRB e demonstrou preocupação com a situação dos trabalhadores. Leila informou que o presidente do Banco Central se comprometeu a prestar novas informações ao grupo de trabalho da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado que acompanha o caso.